



Índice

- 01** Mudanças climáticas afetam previsões astrológicas dos índios
- 02** Indígenas experimentam agricultura sustentável
- 03** ONG leva desocupação da Aldeia Maracanã à ONU
- 04** Mil famílias quilombolas da Paraíba são cadastradas em mutirão
- 05** Povos indígenas de Pernambuco promovem levante na capital do estado
- 06** Biblioteca Pública abre exposição de arte indígena
- 07** Conjunto habitacional valoriza e incentiva cultura dos quilombolas
- 08** Projeto une cultura e sustentabilidade de índios, quilombolas e ciganos
- 09** Equipe de saúde é feita refém por índios em aldeia em Porto Walter
- 10** MPF pede que Justiça suspenda operação da PF em reserva indígena
- 11** Funai aprova estudo que identifica terra indígena caxixó em Minas Gerais
- 12** Justiça manda governo do RJ devolver bens de índios que ocupavam museu
- 13** Indígenas de Aquidauana apresentam projeto a deputada Mara
- 14** Assembleia Legislativa debaterá ampliação da Terra Indígena Enawenê-Nawê
- 15** Editora Positivo leva Sistema de Ensino a aldeias do Parque Indígena do Xingu



Mudanças climáticas afetam previsões astrológicas dos índios

SÍTIO TERRA, 31.03.2013

As previsões que os índios da Amazônia brasileira fazem com a ajuda dos astros para determinar o melhor momento para plantar ou pescar, entre outras atividades, se veem afetadas pelas mudanças climáticas, segundo constatou um estudo realizado com diferentes etnias indígenas no Brasil. "Os xamãs passaram a se queixar que suas previsões estavam perdendo a exatidão e, a partir dessas indagações, descobrimos que alguns fenômenos provocados pelas mudanças climáticas afetavam seus cálculos", explicou à Agência Efe o astrônomo Germano Afonso, coordenador do estudo.

Segundo o especialista, que é doutor em Astronomia e Mecânica Celeste pela francesa Universidade Pierre et Marie Curie, os índios da Amazônia ainda utilizam o conhecimento astrológico ancestral para determinar seu calendário e programar, entre outras coisas, a melhor data para plantar, colher, caçar, pescar e, até mesmo, realizar seus rituais religiosos.

Afonso, que construiu e opera - com ajuda dos índios - um observatório solar na Amazônia, explicou que a observação ou não de diferentes constelações, assim como o deslocamento das mesmas, fazem com que os xamãs prevejam os momentos de chuva e seca, das cheias dos rios, da fertilidade da terra e da procriação dos peixes. "No entanto, nas tribos com as quais trabalhamos, os próprios xamãs admitem que suas previsões não estavam sendo exatas, já que as chuvas se antecipavam ou se atrasavam e os rios secavam antes do tempo previsto. O curioso é que eles mesmos culpavam às mudanças climáticas", declarou o astrônomo, que é professor da Universidade do Estado do Paraná e autor de diferentes obras sobre o assunto, como "O Céu dos Índios Tembé".

A equipe coordenada por Afonso e contratada pela Fundação de Apoio à pesquisa no Estado do Amazonas (Fapeam) para estudar o assunto decidiu contrastar o conhecimento indígena de diferentes etnias - Tukano, Tupé, Dessana, Baré, Tuyuka, Baniwa e Tikuna - com as medições meteorológicas da região para tentar identificar as falhas nas previsões.

"Com essa análise percebemos que alguns fenômenos provocados pelas mudanças climáticas estavam desvirtuando as previsões, tendo em vista que a chuva se atrasava ou se antecipava por fenômenos como El Niño e o desmatamento", apontou o especialista, que passou a morar em São Gabriel da Cachoeira, uma cidade amazônica na qual confluem várias etnias e onde construiu o Observatório Solar Indígena. Afonso esclareceu que esse problema não pode ser atribuído diretamente ao aquecimento global, mas também aos fenômenos que causam o efeito estufa e os que são provocados pelo mesmo, como o desmatamento da Amazônia, a poluição ambiental e a construção de represas na floresta.

Tais fenômenos, segundo os especialistas, alteram os períodos de chuva e de cheia dos rios na Amazônia, que já não podem ser previstos a partir do conhecimento astronômico acumulado por séculos e transmitido oralmente entre os índios.



Indígenas experimentam agricultura sustentável
SÍTIO FNEWS, 30.03.2013

Em contradição com o discurso político de que a homologação em área contínua da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol é o maior entrave para o desenvolvimento do Estado de Roraima (Brasil) no que diz respeito à produção agrícola, os estudantes do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), antiga Missão do Surumu, procuram mostrar, através do projeto de implantação do Sistema de Plantação em Mandala, que tal afirmação não tem fundamento e que é possível contribuir para o desenvolvimento do Estado de forma sustentável, preservando o meio ambiente e respeitando os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

O projeto, iniciado em fevereiro deste ano, contou com a participação de cinco estudantes do Centro Indígena de Formação, das áreas de agropecuária, gestão e manejo ambiental, que efetuaram o plantio de algumas mudas num período de apenas um mês. Nesse campo, foram plantadas 50 espécies entre hortaliças, frutíferas, madeiráveis e plantas medicinais. A zona de cultivo tem uma área de 26 metros quadrados e uma maloca para abrigar caprinos, suínos e outros animais de pequeno porte.

O líder indígena Jacir José de Sousa, Macuxi da comunidade de Maturuca, visitou o local e manifestou satisfação em relação à iniciativa dos alunos em apresentar resultados da formação adquirida no Centro Indígena, servindo como exemplo a outras terras indígenas, e para mostrar ao Estado as possibilidades de uma agricultura diferenciada que possa responder às necessidades e realidades das comunidades nativas.

O Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, localizado na comunidade indígena Barro, região do Surumu, foi alvo de destruição e ameaças cometidas por invasores, em 2005, devido à homologação em área contínua da TI Raposa Serra do Sol. Apoiando-se no lema «queimaram e destruíram nossas casas, mas não destruíram nossos sonhos», os jovens estudantes, lideranças e parceiros da causa indígena permanecem unidos e fortalecidos na defesa dos direitos dos povos indígenas, uma luta que dura mais de 40 anos.



ONG leva desocupação da Aldeia Maracanã à ONU

SÍTIO JORNALDOBRASIL, 26.03.2013

A organização não governamental (ONG) Justiça Global levou à Organização das Nações Unidas (ONU) denúncias contra possíveis excessos cometidos pela Polícia Militar durante a desocupação do prédio do antigo Museu do Índio, na última sexta-feira (22). A entidade entregou um documento ao Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU no mesmo dia da operação policial.

Segundo comunicado à imprensa, a Justiça Global que o grupo da ONU "solicite às autoridades brasileiras a investigação dos abusos, além de pedir esclarecimentos sobre a utilização das acusações de desobediência e desacato como desculpa e instrumento para criminalizar os protestos e manifestações sociais". Entre os supostos abusos, a entidade denuncia o "uso indiscriminado do spray de pimenta e das bombas de efeito moral pela polícia, além das prisões de pelo menos seis manifestantes sem justificativas e sem permissão aos advogados de acompanhar as detenções".

Ainda de acordo com a Ong, os membros do grupo da ONU se comprometeram a analisar as informações apresentadas e poderão inclui-las no relatório de sua visita ao país. O documento pode chegar a ser lido em uma assembleia das Nações Unidas.



Mil famílias quilombolas da Paraíba são cadastradas em mutirão

SÍTIO G1, 26.03.2013

Mais de mil famílias participaram do mutirão para preenchimento do Cadastro Único, realizado em 36 comunidades quilombolas, distribuídas em 23 municípios paraibanos. O mutirão foi encerrado nesta quinta-feira (28), envolvendo mais de 200 profissionais. A ação faz parte de projeto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para oferecer às famílias benefícios sociais federais.

Até o início do mutirão, o Cadastro Único na Paraíba contava com 725 famílias cadastradas como quilombolas, das quais apenas 634 recebem o Bolsa Família. A secretária de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), Aparecida Ramos, destacou que a iniciativa contou com várias etapas.

“Fizemos primeiro capacitação na sede da Secretaria para os profissionais dos 23 municípios que fizeram as entrevistas com as famílias quilombolas. Paralelo a isso, encaminhamos uma equipe do Programa Cidadão que registrou toda a documentação das pessoas para que elas pudessem fazer a inscrição no Cadastro Único”, disse.

Para receber o mutirão, os municípios mobilizaram a população convocando para a ação. No Conde, durante a mobilização em 26 e 27 de março, em tendas armadas nas comunidades Mituaçu, Gurugi e Ipiranga, as famílias quilombolas tiveram a oportunidade também de demonstrar atividades culturais, exposições de teatro e capoeira.

A Sedh também informou que está acompanhando o levantamento que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) da Paraíba está fazendo da produção dos quilombolas na Paraíba, para que as famílias sejam inseridas em programas de segurança alimentar.



Povos indígenas de Pernambuco promovem levante na capital do estado

SÍTIO CIMI, 26.03.2013

O encontro, articulado pela Comissão de Professores e Professoras Indígenas de Pernambuco (Copipe) e lideranças dos 12 povos do estado, representados pela Apinme, ocorrerá no campus da UFPE e contará com apresentações culturais e religiosas.

A intenção de reunir os 12 povos e mais de mil indígenas é promover um levante no estado, denunciando problemas no atendimento à educação e saúde das comunidades, bem como apontando reivindicações e saídas para as problemáticas. Uma das características do movimento indígena de Pernambuco é de articular as pautas do estado com as dos povos de todo país.

Para os organizadores do encontro terá destaque e visibilização as estratégias usadas pelo governo federal, ruralistas e grupos econômicos para desconstruir os direitos dos povos indígenas em todo Brasil. Caso da PEC 215 (transferência do Executivo para o Legislativo do processo de demarcação e homologação), substitutivo ao PL 1610 (mineração em terras indígenas) e concessão de terras indígenas para interesses privados (como fazia o SPI).

O que pretende o movimento indígena pernambucano é ligar as pautas regionais com as nacionais, promovendo um levante dos povos para a defesa dos direitos indígenas garantidos pela Constituição e legislações posteriores, entre eles terra, saúde e educação.

Entre as discussões do Abril Indígena estão os impactos dos grandes empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na vida dos povos do estado e do Nordeste. Dois casos, já com canteiros de obras em execução, é a Transposição do Rio São Francisco e a Transnordestina. Ambas as obras não atenderam aos requisitos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Aos jovens indígenas ficou a tarefa de conduzir as discussões sobre cultura e protagonizar o debate sobre cotas indígenas nas universidades públicas. Tema recorrente, no último ano o povo Atikum, da Serra do Uma, sertão pernambucano, formou o primeiro médico do Nordeste. Comitativas de lideranças se reunirão também com autoridades, entre elas representantes do Ministério Público Federal (MPF) e governo de Pernambuco.

Biblioteca Pública abre exposição de arte indígena
SÍTIO BEMPARANA, 26.03.2013



A mais antiga manifestação de artes visuais de nosso Estado, a arte indígena é tema da primeira exposição de 2013 na Biblioteca Pública do Paraná (BPP). Em parceria com o SESC-PR, a exposição segue em cartaz até 20 de abril. Outras quatro mostras estão programadas para entrar em cartaz durante o ano.

Atravessando gerações, a arte indígena continua como uma importante referência estética para a cena artística contemporânea. Com obras da região litorânea, especificamente da Ilha de Cotinga, a BPP e o SESC apresentam pequenas esculturas em madeira que representam a fauna nativa do Paraná. Obras de grande sofisticação por seu despojamento formal, sua síntese de representação e valor simbólico.

“Arte Indígena” é a terceira mostra que a BPP realiza a partir da parceria com o SESC-PR. Por meio da parceria, já foram expostos trabalhos de Regina Carmona e a exposição “Floresta Atlântica”. O diretor da BPP, Rogério Pereira, afirma que a parceria está auxiliando na modernização e na democratização do espaço. “O SESC-PR é uma instituição de inegável competência, e está nos auxiliando a oferecer ao público exposições de alto nível”, diz Pereira.

Desde 2011, além das exposições em parceria com o SESC, a BPP realizou mostras sobre escritores, como Paulo Leminski, Dalton Trevisan e Helena Kolody.

Serviço:

Local: Biblioteca Pública do Paraná

Endereço: Rua Cândido Lopes, 133, Centro, Curitiba-PR

Data e horário: Até 20 de abril de 2013, segunda-feira a sexta-feira, das 8h30 às 20h; aos sábados, das 8h30 às 13h.

Preço: Entrada franca



Conjunto habitacional valoriza e incentiva cultura dos quilombolas

SÍTIO ALAGOAS24HORAS, 27.03.2013

Valorizar a cultura quilombola em União dos Palmares. É este um dos objetivos que a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) pretende alcançar com a construção de um conjunto habitacional modelo que vai atender a comunidade quilombola do Muquém. Para execução da obra foram investidos R\$ 7,8 milhões. Os recursos são do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado. A Seinfra agora concentra esforços na finalização dos trabalhos de infraestrutura externa.

Com os trabalhos em fase final, além das casas, a obra reserva espaços especiais para a realização das atividades culturais dos moradores, como o artesanato de barro, característico da região. Nesta terça-feira (26), o secretário Marco Fireman, acompanhado de técnicos da Seinfra e da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, conferiu de perto o andamento das obras. Fireman também conversou com funcionários que trabalham no local e moradores da região.

“Esta é uma obra diferente. Aqui, além de oferecer moradia digna, também estamos buscando valorizar, incentivar e preservar as tradições da comunidade com a construção de espaços especiais, a exemplo do centro de artesanato, por exemplo, possibilitando que os moradores desenvolvam seus tradicionais trabalhos artesanais, estimulando também a geração de trabalho e renda”, destacou o secretário.

Além das 120 unidades habitacionais previstas no projeto e do centro de artesanato, que tem cerca de 200m², também foram construídos dois espaços ecumênicos, destinados às celebrações religiosas. Cada casa possui 58m² e conta com dois quartos, banheiro, cozinha, varanda, sala e área de serviço.

“Para garantir a harmonia da construção e o bem-estar das pessoas que vão morar neste conjunto pensamos em uma pintura característica, no formato das ruas, nos espaços entre cada construção. Foi tudo feito com muito carinho para oferecer mais do que moradia”, explicou a superintendente de obras da Seinfra, Silvia Valéria.



Projeto une cultura e sustentabilidade de índios, quilombolas e ciganos

SÍTIO UOL, 27.03.2013

Projeto lançado pela Secretaria de Meio Ambiente de Pernambuco vai unir sustentabilidade com a cultura de povos tradicionais (índios, quilombolas e ciganos). O trabalho já começou e terá como resultado a elaboração de políticas públicas. No momento, o governo faz a identificação de comunidades que, há anos, adotam práticas de consumo saudáveis, como o cultivo de agricultura orgânica e de plantas medicinais.

“Em conjunto com índios, ciganos, quilombolas e também pescadores vamos estabelecer prioridades e definir como as políticas públicas podem fortalecer as práticas sustentáveis das comunidades”, declara o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Sérgio Xavier. O assunto é discutido em reuniões e na semana passada foi realizado um encontro estadual, em Jatobá, no Sertão.

Uma das ações a ser implementada é a criação de um banco de sementes orgânicas. Quilombolas de Conceição das Crioulas, no município sertanejo de Salgueiro, plantam milho, feijão, mandioca, jerimum e melancia sem uso de agrotóxicos. Além da agricultura de subsistência, vivem da pesca, apicultura, pecuária e artesanato.

O governo vai combinar o saber tradicional com informações científicas e acadêmicas para catalogar as sementes e orientar a comunidade, diz Sérgio Xavier. Outra proposta em debate é o uso de fogões ecológicos, mais eficientes e com a vantagem de gastar menos lenha. “Os fogões são feitos de tijolos, com tecnologia simples e lançam a fumaça para fora das casas.”

Segundo o secretário, os modelos já são usados em municípios do Agreste e Sertão, através de programa desenvolvido por organização não-governamental. O diferencial, agora, é que as famílias aprenderão a fazer os fogões, com plano de manejo para usar a lenha da caatinga (vegetação nativa do Semiárido) de forma sustentável.



Equipe de saúde é feita refém por índios em aldeia em Porto Walter

SÍTIO G1, 26.03.2013

Uma enfermeira e um técnico de enfermagem que fazem parte do programa de saúde indígena no Alto Juruá, foram feitos reféns por três dias na aldeia Arara, localizada no município de Porto Walter (AC).

Os funcionários foram liberados no último domingo (24), depois que representantes da Funai se comprometeram em marcar uma reunião para a próxima semana, com os líderes da Aldeia e os representantes do Distrito de Saúde Indígena, que tem o polo base no município de Cruzeiro do Sul (AC).

Os índios reivindicam a demissão de um dos líderes, que trabalhava como chefe do polo de saúde indígena naquele município.

O representante da Funai no Vale do Juruá, Luiz Valdemir Silva de Souza disse que a entidade ficou sabendo da situação apenas no final de semana e procurou negociar com os indígenas para que os servidores fossem liberados.

Ele disse que a Funai não aprova esse tipo de atitude, mas afirmou que esta é a única forma encontrada para que as reivindicações sejam atendidas. "Esse é o único meio que os índios encontram para ter suas demandas atendidas, por causa das dificuldades que eles têm de entender a língua portuguesa, falada pelos brancos", diz.

O coordenador do Distrito de Saúde Indígena do Alto Juruá, Eric Daniel falou por telefone ao G1, e disse que a reivindicação dos indígenas Arara de Porto Walter (AC) não depende dele, e que a prisão dos servidores foi uma surpresa para o Distrito.

Daniel disse ainda que ficou sabendo do caso porque os servidores ligaram para o Distrito informando que os índios tinham proibido a equipe de saúde sair da aldeia.

De acordo com o chefe do Distrito, o cargo que era ocupado por um dos líderes do povo Arara foi extinto porque a Secretaria de Saúde Indígena no Acre cancelou os convênios que tinham com as prefeituras, com o argumento de que os recursos destinados à saúde indígena estavam sendo usados de forma incorreta.



MPF pede que Justiça suspenda operação da PF em reserva indígena

SÍTIO TERRA, 26.03.2013

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça que impeça a realização de uma operação policial nas proximidades da Terra Indígena Munduruku, no interior do Pará, onde está planejada a construção da usina hidrelétrica São Luís do Tapajós. Segundo o MPF, a chamada Operação Tapajós, a ser desencadeada nesta semana pela Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai), é uma "patente violação à decisão da Justiça", já que o licenciamento ambiental da usina está suspenso pela falta de consultas prévias aos indígenas.

De acordo com o MPF, o contingente armado que se dirigiu na sexta-feira à região seria de 60 agentes da PF, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Força Aérea Brasileira, com o objetivo de garantir a realização dos estudos de impacto da usina. A preocupação maior do MPF é com o clima de conflito na região. "Há perigo de dano irreparável com a realização da operação ora noticiada, seja porque impera na região muita desinformação (até mesmo pela ausência da consulta prévia), seja porque a referida operação apresenta um potencial lesivo desproporcional", diz o documento enviado ao juiz federal de Santarém (PA) José Airton Portela.

Os procuradores da República Felipe Bogado, Fernando Antônio de Oliveira Júnior e Luiz Antonio Amorim temem, com a operação, "a repetição de lamentáveis incidentes históricos como o ocorrido na Operação Eldorado, que culminou com a morte de um indígena, além de inúmeros feridos entre indígenas e agentes públicos".A



Funai aprova estudo que identifica terra indígena caxixó em Minas Gerais
SÍTIO EBC, 26.03.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o estudo que identifica e delimita uma área de 5.411 mil hectares das cidades mineiras de Martinho Campos e Pompéu como área de ocupação tradicional e permanente do povo indígena caxixó. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, aproximadamente as medidas oficiais de um campo de futebol. As duas cidades ficam a cerca de 190 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte.

A publicação, hoje (26), no Diário Oficial da União, do resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação é a segunda etapa do procedimento de criação de uma nova terra indígena. A primeira é a instalação do grupo técnico responsável pelos estudos antropológicos. Depois da divulgação do resumo, o procedimento segue para o reconhecimento do Ministério da Justiça, ao qual a Funai está subordinada. Por fim, é enviado à Presidência da República, que aprova, ou não, a criação da terra indígena.

A conclusão do grupo técnico coordenado pela antropóloga Vanessa Alvarenga Caldeira é que os caxixós descendem de casamentos entre os povos indígenas que habitavam toda a região da Bacia do Alto Rio São Francisco e, posteriormente, se concentraram às margens do Rio Pará. Com base em estudos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, o estudo concluiu que 93 índios viviam na chamada Terra Indígena Caxixó até o ano passado. Ao longo da última década, esse grupo vem se mantendo estável "apesar da restrição territorial extrema" e "das precárias condições de vida"

Durante o século 18, quando as fazendas de gado começaram a se instalar na região, os caxixós foram empregados como mão de obra local. Até a primeira metade do século 19, os índios conseguiram, como agregados ou trabalhadores das fazendas de gado e lavouras, manter a posse das terras que detinham no interior dos vastos domínios de dona Joaquina de Pompéu (1752-1824), cujo marido, o capitão paulista Inácio de Oliveira Campos (1734-1804) se tornou famoso pelo, segundo o relatório, Gerenciamento de Missões de Apresamento de Índios e Negros Fugidos nos Sertões do Oeste Mineiro.

Só na segunda metade do século 19, com a disputa entre os herdeiros do casal e de outros pretendentes à terra, parte do antigo imóvel foi registrado. Já no final do século 19, as transações de terras que hoje formam Martinho Campos se intensificaram, enquanto em Pompéu "se verifica certa estabilidade possessória e o predomínio da transmissão por herança".



Justiça manda governo do RJ devolver bens de índios que ocupavam museu

SÍTIO TERRA, 27.03.2013

A Justiça Federal determinou que o governo do Rio de Janeiro entregue, no prazo de 24 horas, os bens e pertences pessoais que foram retirados de índios e ativistas durante a desocupação do prédio do antigo Museu do Índio, na última sexta-feira. A decisão foi tomada nesta terça-feira pelo juiz da 8ª Vara Federal, Renato Cesar Pessanha de Souza, que atendeu à petição da Defensoria Pública da União (DPU).

Na decisão, o juiz ordena que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Assistência Social entregue, no alojamento em que estão os índios, os bens e pertences pessoais. Também deverá fornecer, diariamente, alimentação que "contemple as proteínas necessárias ao bom funcionamento do organismo". Além disso, a secretaria deverá instalar ventiladores de teto ou disponibilizar mais três ventiladores de chão para cada um dos contêineres onde estão alojados os índios, em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro.

Em nota divulgada nesta quarta-feira pela DPU, o juiz ressaltou que a imissão na posse do prédio do antigo Museu do Índio estava condicionada à demonstração de que a secretaria ofereceria um local seguro para os índios, com condições adequadas de habitação e saneamento.

"Entretanto, diante do noticiado na petição protocolizada pela Defensoria Pública da União, há indícios de que a dignidade dos índios não está sendo preservada, conforme determinado, uma vez que vários deles estão sem acesso aos seus utensílios e pertences pessoais, bem como não estão recebendo alimentação adequada às suas necessidade e, ainda, que a estrutura do alojamento provisório não vem oferecendo condições mínimas de moradia", ressaltou Souza.

A secretaria informou, por meio de sua assessoria, que vai cumprir na íntegra a determinação judicial.



Indígenas de Aquidauana apresentam projeto a deputada Mara

SÍTIO AQUIDAUANANEWS, 27.03.2013

O presidente da Associação Estadual dos Direitos das Comunidades Indígenas, o terena Danilo Oliveira, apresentou na terça-feira (26) à deputada estadual Mara Caseiro (PTdoB), presidente da comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa, o projeto “Aldeia em Ação”, que prevê mais estrutura para a população que reside nessas localidades.

Na prática, a proposta prevê um olhar diferenciado para estas populações e propõe um novo modo de aplicar os recursos destinados aos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Hoje, os indígenas reclamam de pouca estrutura para saúde, educação, preparação para o mercado de trabalho e preparação do solo para agricultura.

A consequência dessa falta de aparelhamento social é, de acordo com o presidente da associação, o alcoolismo, a prostituição, a desnutrição infantil e o suicídio, entre outros males. Ele acredita que um novo planejamento dos gastos de verbas oriundas do governo pode dar um novo rumo a essa problemática.

Danilo afirma que hoje os gastos governamentais com os povos indígenas são voltados para a construção de unidades habitacionais e a compra de equipamentos agrícolas, como patrulhas mecanizadas, sementes e óleo diesel, quando a preparação do solo hoje extremamente desgastado seria a primeira atitude a ser tomada.

“Não adianta equipamento sem um solo preparado, pois a plantação não vinga”, detalhou.

Dados apresentados pelo indígena durante a exposição do projeto revelam que hoje existem em Mato Grosso do Sul cerca de 70 mil índios, espalhados em 26 municípios. Apesar de o território dessas aldeias totalizar mais de 613 mil hectares, a associação afirma que pouco mais de 6 mil hectares são de terras agricultáveis. Daí a guerra com os fazendeiros pelo aumento do território.

Danilo Oliveira afirma que nem todos entendem a luta dos povos indígenas pela demarcação de terras.

“A maioria das pessoas acredita em um clamor sem razão, que pode colocar em risco um Estado produtivo, mas muitas comunidades querem as terras para também produzir. O problema é que ninguém apresenta uma saída para essa celeuma. Não queremos o confronto, mas é uma situação muito difícil”, afirmou.



Assembleia Legislativa debaterá ampliação da Terra Indígena Enawenê-Nawê
SÍTIO ODOCUMENTO, 28.03.2013

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso realiza, na próxima segunda-feira (01.04), audiência pública em Juína para debater a ampliação dos limites da Terra Indígena Enawenê-Nawê. As discussões acontecerão às 17horas, na Associação Comercial (Ascom) daquele município e contará com a presença da bancada federal mato-grossense.

O evento, segundo o parlamentar estadual, marcará a primeira manifestação contrária à criação da reserva - que avançará sobre os municípios de Brasnorte, Juína e Sapezal – a fim de que se evitem conflitos e, conseqüentemente, a ‘calamidade social’ decorrente da desintrusão dessas áreas, a exemplo do que ocorreu na Suiá-Missú.

“A confirmação de que a Funai pretende ampliar os limites da Terra Indígena Enawenê-Nawê mobilizou a classe política mato-grossense que tenta barrar o novo processo de demarcação, onde deverá ser atingida uma área com mais de 600 mil hectares”, explicou Dilmar.

Dal’Bosco salienta que a nova demarcação inviabilizará a economia dos municípios atingidos, pois estes já possuem mais de 60% de sua área tomada por reservas indígenas. Ele destaca ainda, que as terras em estudo foram adquiridas do Estado pelos produtores rurais e depois homologadas pela União.

“A população não pode simplesmente ser despejada, como se tivesse ocupado de forma irregular. Contamos com a participação maciça da sociedade para criarmos um movimento forte junto à Câmara Federal, pois os estudos para ampliação da área indígena estão em fase fina, e o pânico já se instalou entre os produtores”, ressaltou.

De acordo com os produtores rurais a ampliação fere as condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante a demarcação da Reserva Raposa do Sol, em Roraima, quando ficou definido que áreas homologadas não poderão ser ampliadas.



Editora Positivo leva Sistema de Ensino a aldeias do Parque Indígena do Xingu
SÍTIO PARANASHOP, 28.03.2013

Cerca de 200 alunos do Parque Indígena do Xingu, no norte do Estado do Mato Grosso, passarão a utilizar o Sistema de Ensino Aprende Brasil, da Editora Positivo. Na semana passada, educadores da editora paranaense realizaram cursos de formação e entrega de materiais didáticos a professores das aldeias Maraká e Sobradinho. Além destas, mais três aldeias serão beneficiadas pela parceria: Guarujá, Morená e Waura.

Durante a visita, a equipe do Aprende Brasil também fez um diagnóstico sobre o processo de aprendizagem na região. "O foco estratégico de nossa parceria, neste atendimento específico às comunidades do Xingu, é pautado pelo respeito à cultura indígena", comenta José Carlos Walker, coordenador pedagógico da Editora Positivo. Composto pelo Material Didático Integrado e pelas ferramentas do Portal Aprende Brasil, o Sistema de Ensino Aprende Brasil também oferecerá aos professores (todos habitantes locais) orientações continuadas para o uso da metodologia. O projeto, realizado em parceria com a Prefeitura de Feliz Natal (MT), envolve todos os níveis da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

"A chegada do Aprende Brasil será uma grande soma à prática pedagógica dos professores das aldeias do Xingu. Estimulando a aprendizagem além da vivência atual, a implementação do sistema poderá contribuir para que os alunos tenham melhor entendimento dos conteúdos abordados", afirma Mirian Lopes Ramos, da Secretaria de Educação de Feliz Natal.

O Sistema de Ensino Aprende Brasil é referência em todo o País, presente em mais de 200 municípios e 2.800 escolas públicas, aliando orientações pedagógicas, monitoramento da qualidade do ensino, materiais didáticos integrados e ferramentas multimídias do Portal Aprende Brasil.

Personalizado para cada município, o Portal Aprende Brasil permite que Secretaria de Educação e escolas interajam usando a internet em ambientes de aprendizagem. Entre as ferramentas oferecidas pelo portal, estão atividades interativas, recursos multimídia, obras literárias, enciclopédias, dicionários virtuais, simuladores, reportagens, conteúdos curriculares, ferramentas inteligentes de busca, sugestões de atividades para a sala de aula, dentre vários outros conteúdos.